

JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E SEUS *SIETE ENSAYOS*: uma proposta de mediação cultural no Peru do início do século XX

Elvis de Almeida Diana¹

RESUMO

O papel da população nativa na sociedade peruana sempre foi motivo de discussão desde antes de sua independência. Dessa forma, embora não sendo considerado um “indigenista puro” (AGGIO, 2015), José Carlos Mariátegui defendia a ideia de que o indígena possuía o caráter de agente histórico. Neste sentido, o que pretendemos, nesse artigo, é apresentar e discutir brevemente a questão indigenista no Peru e, neste sentido, destacar a importância desse assunto que é refletido pelas discussões referentes ao papel do indígena nesta sociedade por meio das ideias e postulados deste intelectual. Em nossa ótica, Mariátegui poderia ser considerado um “intelectual mediador” (GOMES; HANSEN, 2016), entre as ideias socialistas europeias e a sociedade peruana e sua “tradução” (HALL, 2015) para a realidade do país andino, considerando o indígena como agente da história. Para isso, abordaremos os escritos deste intelectual contidos em sua obra *Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana* (1928).

Palavras-chave: Peru; Indigenismo; Intelectual Mediador; Tradução; José Carlos Mariátegui.

ABSTRACT

The role of the native population in Peruvian society has always been a matter of discussion since before its independence. Thus, although not considered a "pure indigenist" (AGGIO, 2015), José Carlos Mariátegui defended the idea that the indigenous had the character of historical agent. In this sense, what we intend in this article is to present and discuss briefly the indigenous question in Peru and, in this sense, to highlight the importance of this subject that is reflected by the discussions about the role of the indigenous in this society through the ideas and postulates of this intellectual. In our view, Mariátegui could be considered a "mediating intellectual" (Gomes and Hansen, 2016), between European socialist ideas and Peruvian society and its "translation" (HALL, 2015) for the reality of the Andean country, considering the indigenous as agent of history. For this, we will approach the writings of this intellectual contained in his work *Seven Essays of interpretation of the Peruvian reality* (1928).

¹ Mestre em História pela UNESP-Franca.

Keywords: Peru; Indigenism; Mediating Intellectual; Translation; José Carlos Mariátegui.

INTELECTUAIS, POLÍTICA E MEDIAÇÃO CULTURAL NO PERU

Quando nos dedicamos a estudar os intelectuais latino-americanos, acreditamos ser necessário destacar, assim como bem pontua Carlos Altamirano, que é impossível tratarmos sobre os variados temas da história latino-americana, tais como independência e a elaboração dos projetos nacionais, por exemplo, sem que consideremos a “[...] referência ao ponto de vista dos homens de saber, aos letrados, idôneos na cultura escrita e na arte de discutir e argumentar” (ALTAMIRANO, 2008, p. 9). Sobre essa questão, Mansilla afirma que, na América Latina, os chamados “ensaístas” foram os que se debruçaram sobre temas que diziam respeito desde a identidade dos países latino-americanos até os projetos de organização social, além de estarem preocupados com as relações destes países com os países europeus que já se encontravam em um estágio maior de desenvolvimento (MANSILLA, 2002).

Neste sentido, assim como afirma o historiador Marcos Sorrilha Pinheiro, no que tange especificamente ao Peru, “[...] a idéia de uma história inconclusa e de uma nação não realizada, arraigada no imaginário político peruano, fortaleceu entre a intelectualidade a necessidade de se conceber uma teoria explicativa para o Peru” (PINHEIRO, 2013, p. 17). Para citar alguns exemplos desta relação entre o mundo da política e da intelectualidade no Peru, já na década de 1920, o movimento de vanguarda representado por Luis Alberto Sánchez, Jorge Basadre, José Carlos Mariátegui², Victor Raul Haya de la Torre, entre outros, apresentaram, por meio de suas atividades políticas,

² Uma breve nota biográfica: José Carlos Mariátegui nasceu no dia 15 de junho de 1895 em uma família de classe média baixa (BASADRE, 2008) e iniciou sua carreira de crítico literário e colunista bem cedo, por volta dos seus vinte anos de idade, quando já escrevia para algumas revistas bem conhecidas da sociedade aristocrática limenha como *La Razón*, *La Prensa*, *El Tiempo* e *El Turf* (BASADRE, 2008; PINHEIRO, 2013). Após a Revolução Russa, em 1918, Mariátegui passou a considerar os reflexos deste acontecimento em seus escritos, ao atribuir mais criticidade aos mesmos. De forma simultânea a esses acontecimentos, as greves trabalhistas e a Reforma Universitária de 1919 fizeram com que Mariátegui se vinculasse cada vez mais a intelectuais e políticos de seu momento, tal como Victor Raúl Haya de la Torre. Durante sua vida, publicou vários textos, artigos, livros, entre outros escritos, nos quais defendeu, até o fim, a produção de um marxismo de caráter “puramente peruano” e a possibilidade de uma via concreta para alcançar o socialismo que considerasse totalmente as tradições culturais do país andino. No entanto, não conseguiu concretizar a elaboração de um projeto para o que pensou e faleceu em 1930 (PINHEIRO, 2013).

propostas em relação às possibilidades de formação e construção da nação. Nesta direção, a atuação destes intelectuais estava permeada por eventos tais como as Revoluções Russa e Mexicana, ocorridas naquele início de século, além da crise do liberalismo, processos que teriam contribuído para pensar as reivindicações populares no Peru e dar um “novo sentido” para aquele país andino (PINHEIRO, 2013, p. 19).

Assim, um tema que esteve em discussão, no referido contexto, foi o papel do indígena na sociedade peruana, ou seja, a manifestação de concepções, por parte de alguns intelectuais, sobre qual seria a função ou o lugar do indígena no meio social, objetivando o futuro do país. Deste modo, buscamos, nesse trabalho, apresentar a questão indigenista presente nas ideias de José Carlos Mariátegui, mais especificamente em sua obra intitulada *Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana*, publicada em 1928, por meio da qual reflete a necessidade de discutir-se o “lugar” do indígena na sociedade peruana, debate que se mostra presente desde a época colonial e deixa nítida a preocupação em “diagnosticar” e “curar” os males sociais históricos do Peru (MARIÁTEGUI, 2007).

Neste sentido, pelo fato de haver várias concepções diferentes e importantes acerca do conceito de “intelectuais”, como bem ressaltaram Altamirano (2008), Koselleck (2004, apud GOMES; HANSEN, 2016), Mansilla (2002), decidimos seguir as indicações de Ângela Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016). Ao tratarem a questão da “mediação cultural” relacionada aos intelectuais, as autoras fornecem uma possibilidade de análise que se distancia de uma visão “mecanicista” de abordagem acerca deste tema e tentam chamar a atenção para a superação da dicotomia “intelectual criador”/“intelectual divulgador”, afirmando que seria

[...] possível demonstrar que o intelectual que atua como mediador cultural produz, ele mesmo, novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes. Com esses outros sentidos inscritos em sua produção, aquilo que o intelectual “mediou” torna-se, efetivamente, “outro produto”: um bem cultural singular (GOMES; HANSEN, 2016, p. 18).

Acreditamos que esta abordagem seja pertinente pelo fato de Mariátegui ter viajado para a Europa graças a uma bolsa de estudos “forçada”³ por ter realizado muitas

³ Com o golpe de estado realizado por Augusto B. Leguía no Peru, em 1919, o diário *La Razón*, criado por Mariátegui e César Falcón, intensificou sua oposição a este governo por meio de suas publicações. Uma delas fez com que o novo governo oferecesse duas saídas aos dois amigos: ou iriam presos ou aceitariam

críticas ao governo ditatorial de Augusto Leguía, em 1919, e permanecido lá por alguns anos visitando alguns países como França, Alemanha, Itália, entre outros, assim como nos informa Jorge Basadre (2008). No continente europeu, teve contato com as ideias de autores marxistas como Labriola, Piero Gobetti, Benedetto Croce e Bergson, por exemplo, e daqueles pensadores que as rejeitavam: Henri de Man, Emile Vandervelde e Max Eastman (PARIS, 1981 apud PINHEIRO, 2013)⁴. Ao passo que ia lendo esses autores em sua estadia na Europa, buscava “[...] superar a dicotomia artificial entre soluções importadas e autóctones para os problemas da ‘Indo-América’ [...]” (MORSE, 1988, p. 104). Ao voltar para o Peru, tentou aplicá-las, mas não de modo mecânico, à realidade peruana - respeitando as especificidades desta -, como forma de solucionar a questão indígena e à questão da terra, ideias que explica em seus *Siete Ensayos* (AGGIO, 2015; BASADRE, 2008). Tentativa esta que Gerardo Leibner (1999) descreve no seguinte trecho:

Após o seu retorno da Europa, em 1923, Mariátegui iniciou um esforço consciente e sistemático para acessar a numerosas fontes de informações escritas e orais sobre a realidade andina. Lendo literatura indigenista, artigos sobre a ‘questão do índio’, estudos históricos, sociais e econômicos e, ao mesmo tempo, entrando em relação epistolar com indigenistas provincianos e alentando sua colaboração em *Amauta*, Mariátegui procurou superar suas limitações de mestiço costeiro (LEIBNER, 1999, p. 136 apud PINHEIRO, 2013, p. 142, aspas e grifos do autor).

Além disso, a defesa de Mariátegui acerca da implementação de um socialismo que seria “adaptado” às particularidades do contexto peruano nos remete ao que Stuart Hall denomina de “tradução” cultural. De acordo com este autor, a referida expressão auxiliaria a compreender os indivíduos que se encontram na condição de migrantes, os quais “[...] devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas” (HALL, 2015, p. 52). A concepção de Hall acerca deste indivíduo migrante, que tenta realizar um diálogo com os mundos culturais, se encontra próxima da ideia de Cremilda Medina acerca da noção de “mediação simbólica dos conflitos culturais”, a qual é trabalhada por Renato Seixas

uma viagem de estudos ao exterior. Mariátegui e Falcón escolheram a segunda alternativa (BASADRE, 2008).

⁴ Além destes autores, Marcos Sorilha Pinheiro (2013) nos informa que Mariátegui também aproveitou para dar continuidade ao estudo que já havia iniciado na capital peruana acerca de outros pensadores como Georges Sorel, Lenin e Sigmund Freud (PINHEIRO, 2013).

(2008). De acordo com a leitura deste autor acerca do pensamento de Medina⁵, a abordagem daquela autora destacaria

[...] o papel do sujeito como mediador dos significados culturais intertextuais da realidade e da sociedade em que se insere, de modo a ser, simultaneamente, por um lado, sujeito observador dessa realidade e, por outro lado, partícipe e construtor da mesma realidade que observa. Nesse contexto, tal sujeito necessariamente compartilha – e se solidariza com – os fenômenos da realidade que observa, compreendendo-a mais profundamente, decodificando e mediando os símbolos dessas relações humanas [...] A narrativa é essencial para atribuir significação ao cotidiano social porque é uma resposta humana à angústia provocada pelo caos (MEDINA apud SEIXAS, 2008, p. 114-115).

Uma vez feitas estas considerações teórico-metodológicas, nos debruçaremos, a partir de agora, sobre uma brevíssima retomada histórica da questão indigenista no Peru até chegarmos às ideias de Mariátegui, contidas em seu *Siete Ensayos*, acerca da situação do indígena naquele país andino.

A questão do indigenismo no Peru: breve panorama histórico até os *Siete Ensayos*

O papel do indígena na sociedade peruana sempre foi motivo de discussão entre intelectuais e/ou homens de letras no país desde antes de sua independência, em 1821. Autores como Garcilaso Inca de la Vega – embora este tenha sofrido algumas críticas pelo fato de enxergar os incas como um sistema de governo clássico, assim como Roma e a Grécia antigas (CAÑIZARES ESGUERRA, 2007), entre outras contestações⁶ –, Juan de Santa Cruz Pachacutti, Guaman Poma de Ayala, ente outros, contribuíram para o desenvolvimento da ideia de “utopia andina”⁷, que representa “[...] uma tomada de consciência, uma idealização em relação aos incas e uma crítica ao sistema colonial” (BURGA, 2005, p. 262).

⁵ Ao trabalhar com o pensamento de Medina e de outros autores, inclusive Hall, Seixas (2008) objetiva tratar sobre a questão da afirmação da identidade cultural latino-americana de forma mais geral, ao passo que acreditamos que alguns dos elementos trabalhados por este autor, no caso, o pensamento de Medina, também podem auxiliar na compreensão da abordagem que enfatizamos em nosso trabalho. Ver: SEIXAS, 2008.

⁶ Dentre outras, a ideia proposta por Garcilaso Inca de la Vega, de que as sociedades incas evoluíram rapidamente foi muito criticado por autores como Cornelius De Pauw (1734-1799) e Charles Marie De La Condamine (1701-1774), por exemplo. Ver: CAÑIZARES ESGUERRA, 2007.

⁷ Marcos Sorrilha Pinheiro realiza uma análise deste termo a partir da formação intelectual do historiador peruano Alberto Flores Galindo, discordando que a representação do Império Inca possa ser considerada “[...] uma utopia, no sentido utilizado por Flores Galindo de ‘se estabelecer uma razão ao imaginário’, tal qual uma forma de se projetar uma sociedade ideal a se atingir no futuro” (PINHEIRO, 2013, p. 286).

Já no século XIX, alguns autores como Manoel González Prada, Clorina Matto de Turner, Mercedes Cabello de Carbonera, entre outros, buscaram, cada um ao seu modo, se aprofundar e compreender melhor essa questão, e um dos motivos para esse interesse se deve ao fato de que 60% da população peruana ser de origem indígena, ou seja, uma predominância que reflete as fortes raízes ainda existentes (PINHEIRO, 2004).

No início do século seguinte, mais especificamente em 1904, Manuel González Prada, em seu trabalho intitulado *Nuestros Indios*, publicado de forma póstuma, em 1924, defendia que a questão indígena estava intrinsecamente ligada à esfera social e econômica do país andino e que, além disso, o caminho para a solução seria ultrapassar a proposta de cunho pedagógico, a qual sugeria que o indígena deveria se recuperar por meio do “[...] seu próprio esforço, e não pela humanização dos seus opressores” (PRADA, 1924, p. 337-338 apud CHANG-RODRÍGUEZ, 2009, p. 103).

Na mesma década de 1920, após a publicação da obra de Prada, a discussão sobre o contexto histórico do Peru trouxe à tona o problema agrário e, conseqüentemente, o problema indígena, por causa das consideráveis mudanças nas estruturas de classes vinculadas à nova presença imperialista norte-americana. Além disso, havia outros problemas como, por exemplo, a escassez de alimentos, a falta de mão de obra e a questão do interesse da burguesia no desenvolvimento do mercado interno. Sobre essa questão, Augusta Fajame e Mariano Valderrama nos brindam com algumas palavras:

[...] será na década de vinte [que] a discussão da questão agrária ou campesina e do problema nacional se posicionaria com maior profundidade e realismo e passaria a converter-se no tema central do debate político. [...] Aparece com grande força nesta época a corrente indigenista cujo centro de influência esteve em Cuzco e que encontrou sua expressão em diversos campos: ensaio, literatura, pintura, música, arqueologia. [...] Ademais, em Lima e nas províncias se constituíram diversos círculos de intelectuais interessados no debate da problemática nacional, que impulsionaram uma série de publicações (ALFAJEME; DEREGORI; VALDERRAMA, s/d, p. 62-63 apud PINHEIRO, 2004, p. 32, grifos do autor)

O contexto em questão foi propício para que as discussões acerca das tendências socialistas e sobre o indígena fossem travadas. Consideramos destacar - mas não nos aprofundar pelo fato de não ser nosso foco neste trabalho - a polêmica protagonizada por Mariátegui e Victor Raúl Haya de la Torre por meio do movimento “aprista”⁸ que,

⁸ A APRA (*Alianza Popular Revolucionária Americana*) foi fundada em 1924, por Haya de la Torre, e Mariátegui foi um simpatizante da referida aliança. As muitas divergências entre seus membros contribuíram para uma divisão da esquerda peruana, com a criação do PSP (*Partido Socialista Peruano*,

segundo Mariano Valderrama, é um elemento que demonstra que as discussões sobre o papel do indígena assumem outro nível e atingem seu ápice justamente por causa do grande dissenso entre José Carlos Mariátegui e Haya de la Torre. Segundo o autor:

[...] com os posicionamentos de Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui, a discussão do problema camponês e indígena chega ao seu ponto mais alto e se recoloca em novos termos. A análise política objetiva do problema substitui as condições moralistas e românticas e implica uma superação definitiva das categorias nas quais se encontram os diagnósticos anteriores. [...] Em Haya e Mariátegui, a análise do problema nacional se encontra em termos mais amplos e profundos ao enfocá-los no contexto de uma sociedade e de um Estado de classe em função da compreensão do caráter semicolonial de nossa sociedade (VALDERRAMA, s/d apud PINHEIRO, 2004, p. 34-35).

Embora o debate sobre tal questão tenha se tornado mais intenso no país andino daquele momento, é preciso considerar, assim como afirma Graziela Menezes de Jesus, o fato de não ter ocorrido uma revolução popular propriamente dita, como aconteceu no México da década de 1910, por exemplo. Isto, ainda segundo Jesus, teria contribuído para que o indigenismo existente no Peru tivesse um caráter mais “combativo”, cujo interesse maior teria sido colocar o índio como o agente central das transformações políticas e sociais propostas (JESUS, 2012, p. 184-185).

Esta última ponderação de Jesus se faz ainda mais importante quando consideramos que o Indigenismo teria surgido, de acordo com Michel Baud, “[...] como um fenômeno intelectual originalmente latino-americano, associado ao contexto de formação das identidades nacionais e também como uma resposta às teorias raciais”, pois, teria contribuído consideravelmente “[...] para imaginar o futuro latino-americano” (BAUD, 2003, p. 41 apud JESUS, 2012, p. 177). Além disso, o indigenismo teria o papel, segundo Carlos Iván Degregori, de contestar a exclusão do indígena dos projetos elaborados até então para o país, e era considerado “[...] essencial para conferir aos indígenas seu lugar na nação peruana” (DEGREGORI, 2008 apud JESUS, 2012, p. 185).

Nesse contexto, a obra *Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana* (1928), contribui de forma considerável para a discussão, pois Mariátegui fazia questão de deixar claro sua principal hipótese, que diz respeito ao problema da terra e, conseqüentemente, do indígena, embora não fosse considerado um “indigenista”⁹

encabeçado por Mariátegui), e do PAP (*Partido Aprista Peruano*), que tinha Haya de la Torre à sua frente. Ver: PINHEIRO, 2004.

⁹ Em relação a autores que são considerados indigenistas ditos “puros” por consenso, podemos destacar, entre outros, Luis E. Valcárcel que se dedicou de forma mais incisiva a esta questão. Para mais informações

propriamente dito - como veremos adiante - assim como outros autores foram. Segundo Mariátegui, o processo de mudanças sociais só teria efeito se acaso fosse resolvido o problema relacionado à questão de terras, ou seja, de cunho econômico, embora não tenha abordado esta problemática a partir de uma teoria embasada pela “questão agrária” propriamente dita, assim como argumentou Frederico Daia Firmiano (2012).

Para demonstrar sua hipótese, Mariátegui aborda e desconstrói todas as teses que foram elaboradas até então e que tratavam sobre as possibilidades de solução para o problema do indígena, sendo elas de caráter jurídico, religioso, étnico, administrativo, pedagógico/educacional e moral. Para este intelectual, é a crítica de cunho socialista que melhor pode explicar este tema, pois, para ele, o problema que tange os indígenas residia nos assuntos econômicos da sociedade peruana e nenhuma outra tentativa de abordagem sobre tal questão teria o mesmo respaldo se o sistema feudal que, segundo Mariátegui, ainda estava em vigência no Peru, não tivesse fim (MARIÁTEGUI, 2007).

Neste sentido, no tópico intitulado “*Sumaria revisión histórica*”, ainda referente ao problema indígena, Mariátegui realiza um levantamento da situação histórica da população nativa peruana desde a época colonial com a finalidade de demonstrar que, desde aquele momento, o indígena sempre esteve ligado a terra e argumenta, ao final deste tópico, que “a [...] solução do problema do índio tem que ser uma solução social. Seus realizadores devem ser os próprios índios” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 38). Como podemos perceber, esta manifestação de Mariátegui traz algo diferente para aquele momento, que seria mediar as ideias em relação às duas culturas que ele teve contato, sendo elas a ocidental (europeia) e a da América andina. Neste sentido, ao unir os questionamentos do indígena em relação à terra, Mariátegui realizava um diagnóstico no qual o problema central do Peru envolvia os indígenas, de tal forma que estes deveriam assumir seu papel de agente revolucionário, assim como o proletário na Europa e nos países de capitalismo mais avançado. Assim, Mariátegui se utiliza do materialismo histórico como instrumento para compreender a realidade nacional, traduzindo-o e adequando-o para o contexto peruano de então, o que Bernardo Ricupero denominaria “nacionalização do marxismo” naquele país (RICUPERO apud PINHEIRO, 2004, p. 35). Ainda de acordo com o que explicita este autor, “[...] no caso de Mariátegui, é

sobre este autor e sua atuação, indicamos o trabalho intitulado *Luis E. Valcárcel: indigenista e incanista* (1995), de Waldemar Espinoza Soriano (SORIANO, 2005).

principalmente a compreensão de que a questão indígena é o problema central no Peru que o torna capaz de elaborar um marxismo de acordo com as condições de seu país” (RICUPERO, 2000, p. 88 apud PINHEIRO, 2004, p. 36).

Dessa forma, podemos perceber que a principal proposta de Mariátegui se centra na ideia de associação do problema agrário com a questão indígena, considerado o maior impasse no Peru. Sobre esse assunto, atribuiu todas as limitações do país andino a este fator, afirmando que “[...] o regime de propriedade de terra determina o regime político e administrativo de toda a nação. O problema agrário – que a República não pôde até agora resolver – domina todos os problemas da nossa” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 42). Além disso, Mariátegui se estende em relação a essa questão, argumentando que

Sobre uma economia semi-feudal não podem prosperar nem funcionar instituições democráticas e liberais. No que concerne ao problema indígena, a subordinação ao problema da terra resulta mais absoluta ainda. A raça indígena é uma raça de agricultores. (MARIÁTEGUI, 2007, p. 42).

Desse modo, Mariátegui acreditava e argumentava que a união do indígena ao proletariado seria resultado de uma revolução vinda de “baixo”. Nesse sentido, a pequena burguesia não teria nenhuma participação neste processo. Assim, de acordo com Mariátegui, “a revolução socialista encontraria seu mais encarniçado e perigoso inimigo – perigo por [...] sua demagogia – na pequena burguesia afirmada no poder, conquistado mediante suas vozes de ordem” (MARIÁTEGUI, 2007, p. XCIV). Nessa direção, a participação da pequena burguesia, em sua ótica, poderia refletir uma tendência de associação entre aquela e o imperialismo, resultando em uma aliança de caráter antidemocrático que assolaria o país (MARIÁTEGUI, 2007, p. XCIV).

Além disso, Mariátegui argumenta que teria existido um “comunismo incaico”, com base na colheita e usufruto coletivos dos alimentos pelos indígenas antes de o período colonial ter se iniciado, modo de subsistência que os espanhóis colocaram fim depois de sua chegada (MARIÁTEGUI, 2007, p. 43). Assim, Mariátegui discorre sobre o período de dominação da metrópole, Espanha e, ao tratar sobre a independência do país e a transição para o regime republicano, defende que se a revolução de independência tivesse sido encabeçada pelos indígenas ou, pelo menos, representado as reclamações daqueles, o referido processo poderia ter tido um caráter mais ligado a terra (MARIÁTEGUI, 2007, p. 53). Acrescente-se a estas questões o surgimento, já no período republicano, dos *gamonales*, que consistiram em formas de poder descentralizado mais próprias dos países

andinos e que se baseavam na dominação rural (IBARRA, 2002). De acordo com Mariátegui, a destruição das comunidades indígenas naquele período favorecia a cooptação do indígena pelo latifúndio *gamonal*, ao invés de transformá-los em pequenos proprietários (MARIÁTEGUI, 2007, p. 60). Além disso, Mariátegui refuta a tese de que se deveria, primeiramente, educar o indígena, e defende que a solução seria, primeiramente, “[...] abolir a sua servidão” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 133).

A questão do *gamonalismo*, muito presente na região serrana do Peru e que, para Mariátegui, representaria, ainda naquele momento, uma forma econômica de caráter feudal, precisaria ser superada. Assim, “[...] a necessidade mais angustiosa e peremptória de nosso progresso é a liquidação dessa feudalidade que constitui uma sobrevivência da Colônia” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 178). Dessa forma, fica explícita aqui a proposta, por parte de Mariátegui, de uma superação dos elementos ligados ao passado colonial peruano e a busca por uma revitalização nacional que visava o presente e o futuro:

A redenção, a salvação do índio, aí está o programa e a meta da renovação peruana. Os homens novos querem que o Peru repouse sobre seus naturais cimentos biológicos. Sentem o dever de criar uma ordem mais peruana, mas autóctone. E os inimigos históricos e lógicos deste programa são os herdeiros da Conquista, os descendentes da Colônia. Vale dizer, os *gamonales*. A este respeito, não há equívoco possível. [...] O Peru tem que optar pelo *gamonal* ou pelo índio. Este é seu dilema. Não existe um terceiro caminho (MARIÁTEGUI, 2007, p. 179).

Colocadas as duas opções e não cogitando outros meios de resolução dos problemas nacionais, Mariátegui prossegue defendendo o protagonismo indígena: “Colocado este dilema, todas as questões de arquitetura do regime passam ao segundo termo. O que importa, primordialmente, aos homens novos é que o Peru se pronuncie contra o *gamonal*, pelo índio” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 179). Distinguindo o regionalismo dito “tradicional” existente no Peru com a questão da descentralização nacional, Mariátegui argumenta em prol desse “novo regionalismo” que, ao invés de descentralizar, unificaria e passaria a exaltar a identidade serrana mais ligada ao elemento indígena: “[...] começa a esboçar-se um novo regionalismo. Este regionalismo não é um mero protesto contra o regime centralista. É uma expressão da consciência serrana e do sentimento andino” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 179).

No tocante à escrita da história nacional peruana pela via literária, Mariátegui também destaca que, desde a época colonial, a “literatura [...] não é peruana; é espanhola”

(MARIÁTEGUI, 2007, p. 196) e que a maior causa da permanência desta característica estava ligada a questões políticas e econômicas, pois “em um país dominado pelos descendentes dos ‘encomenderos’ e os ouvidores do Vice-Reino, nada era mais natural [...] que a serenata sob suas sacadas” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 201). E essa continuidade, no período republicano, teria se dado devido à atuação “[...] dos literatos de uma república que se sentia herdeira da Conquista [...]” e, por isso, “[...] não poderiam fazer outra coisa que trabalhar pelo [...] brilho dos brasões vice-reinais” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 201). Tais características, segundo Mariátegui, estavam mais ligadas à costa, sendo esta uma região mais associada aos espanhóis e que rejeitava a atuação do indígena (MARIÁTEGUI, 2007, p. 203). E a “peruanidade”, na visão de Mariátegui, ainda estava por ser elaborada e “[...] o seu cimento histórico tem que ser indígena” (MARIÁTEGUI, 2007, p. 212).

Além disso, critica escritores como González Prada, por exemplo, afirmando que eles escreviam sobre o Peru de forma puramente “literária”, “poética”, “acusatória” e não de uma forma “científica”, “realizadora” que buscasse uma solução concreta e um programa de ação para aquele momento (MARIÁTEGUI, 2007, p. 216). Para Mariátegui, justamente pelo fato de a produção literária que ficou reconhecida como “indigenista” e que tratou sobre o indígena ter sido realizada por autores não indígenas, tal produção não era “indígena”, de fato (MARIÁTEGUI, 2007, p. 283). Nesse sentido, “[...] enquanto a liquidação dos resíduos da feudalidade colonial se impõe como uma condição elementar de progresso, a reivindicação do índio e, portanto, de sua história, nos vem inserida no programa de uma revolução” (MARIÁTEGUI, 2007, P. 283).

No entanto, apesar de Mariátegui enfatizar que os problemas que afligiam os indígenas estarem centrados na questão da terra e de defender o protagonismo daqueles diante dos processos de mudança, não podemos considerar, assim como bem pontuou Alberto Aggio, que aquele intelectual teria sido um “indigenista puro”, quando na verdade, poderia ser visto como um pensador que visava não uma revolução de tendências doutrinárias convencionais, mas sim “[...] uma via de passagem, de prática reformista, para o seu projeto de socialismo indo-americano” (AGGIO, 2015, p. 203). Além disso, embora Mariátegui tenha advogado a favor de uma retomada dos valores incaicos, este retorno proposto, segundo o próprio Mariátegui, não teria um caráter romântico,

nostálgico, com o intuito de revitalizar o império dos incas, assim como faz questão de deixar explícito no seguinte trecho:

Está claro que da civilização incaica, mais que o que morreu nos preocupa o que ficou. O problema de nosso tempo não está em saber como *foi* o Peru. Está, antes, em saber como *é* o Peru. O passado nos interessa na medida em que pode servir-nos para explicarmos o presente. As gerações construtivas sentem o passado como uma raiz, como uma causa. Jamais o sentem como um programa (MARIÁTEGUI, 2007, p. 283, grifos do autor).

De qualquer forma, as considerações sobre a elaboração de um “socialismo indígena” realizada por Mariátegui (MESQUITA; ADOUE, 2012) ou a proposta de um “marxismo indo-americano” (GUILLÉN; LANHOSO, 2012) remete-nos ao fato de que houve uma tentativa de implantação de um socialismo condicionado pelo indigenismo, ligado à realidade peruana. Em nossa ótica, esta junção permite que possamos refletir acerca da “mediação cultural” realizada por este “intelectual mediador” (GOMES; HANSEN, 2016) e da “tradução” (HALL, 2015) feita por ele, ideias que tentamos considerar no presente artigo. Além disso, acreditamos ser pertinente considerar a concepção de um “socialismo próprio”, elaborada por Christian Fajardo Carrillo (2015), autor que, pelo fato de também analisar os *Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana*, explicita uma intenção de Mariátegui em não “[...] criar uma posição dicotômica entre Indoamérica e Europa” (CARRILLO, 2015, p. 24).

Considerando as afirmações do próprio Mariátegui e a de Carrillo, ainda podemos acrescentar a contribuição de Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira (2016) que, ao considerar as ideias de Mariátegui como uma forma de lidar com os traumas e ressentimentos causados ao longo da história da sociedade peruana desde a época colonial, defende que a revolução, em Mariátegui, estaria localizada no “meio termo” entre os elementos simbólicos incaicos do passado peruano e as tendências revolucionárias bolcheviques, de modo a propor um “socialismo indo-americano” (OLIVEIRA, 2016, p. 12).

Dessa forma, acreditamos ser pertinente reiterar que Mariátegui buscou pensar uma forma de socialismo, adaptado à realidade social peruana mais “moderna”, do presente, sem a preocupação de ficar “preso ao passado” e estaria intencionado a se desprender das outras explicações de cunho religioso, jurídico, moral, pedagógico e étnico sobre o problema indígena naquele país. Neste sentido, podemos inferir que realizou sua leitura da realidade peruana a partir da “mediação cultural” (GOMES;

HANSEN, 2016) e da “tradução” (HALL, 2015) do socialismo europeu para a sociedade peruana daquele momento, sem privilegiar e/ou enfatizar, assim como Oliveira (2016) bem ressaltou, elementos de uma tendência ou de outra.

Além disso, dentro dessa conjuntura de divergências, as propostas e ideias de José Carlos Mariátegui atribuíram à figura do indígena um destaque maior, colocando-o em primeiro plano e pensando-o como condutor dentro das discussões em relação à construção da nação, ao contrário do que propunham outros pensadores, os quais defendiam uma vitimização do indígena, na qual este constituiria uma figura totalmente passiva, sem nenhuma reação diante dos acontecimentos históricos. Mariátegui, inclusive, se desentendeu com a Internacional Comunista (IC), argumentando que esta possuía tendências “mecanicistas”, que eram adotadas em relação à América Latina e pelo fato de aquela acreditar que a questão do indígena no Peru deveria ser tratada como problema do Estado (AGGIO, 2015). Em resposta, afirmou, em consonância com o que manifestara em seus *Siete Ensayos*, que “a resolução para o problema do índio deveria ser uma solução social” (MARIÁTEGUI, s/d, p. 45 apud AGGIO, 2015, p. 203-204).

Por fim, acreditamos, também, que a “mediação cultural” (GOMES; HANSEN, 2016) e a “tradução” (HALL, 2015) realizadas por Mariátegui por meio de suas ideias poderiam representar, assim como conclui Alberto Aggio, a tentativa, por parte daquele intelectual peruano, de buscar um “novo mundo” e, conseqüentemente - não demonstrando a existência de pretensões de caráter romântico-, defender “[...] um lugar para a (nossa) América. Caso conseguisse ultrapassar toda a estruturação colonial e oligárquica que a oprimia e estancava, a América ‘ao sul do mundo’ poderia ser a grande novidade dessa nova civilização mundial” (AGGIO, 2015, p. 205, aspas do autor).

REFERÊNCIAS

ADOUE, Silvia Beatriz; MESQUITA, Afonso Mancuso. O socialismo indígena de Mariátegui. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 133 – Junho de 2012. Ano XII, p. 13-22. Disponível em:
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17129/9299>. Acesso em: 29/01/2017

José Carlos Mariátegui e seus Siete Ensayos: uma proposta de mediação cultural no Peru do início do século XX

AGGIO, Alberto. O pensamento político de Mariátegui. Imn.: _____. *Um lugar no mundo*: Estudos de história política latino-americana. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2015, p. 197-206.

ALTAMIRANO, Carlos (dir). Introducción general. In: _____ (dir.) *Historia de los intelectuales en América Latina*. Vol I. Buenos Aires: Katz, 2008.

BURGA, Manuel. *Nacimiento de la Utopia: muerte y resurrección de los Incas*. Fondo Editorial: Lima, 2005. Disponível em:
http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtual/libros/2006/nacimien_utop/contenido.htm.
Acesso em: 26/01/17.

CAÑIZARES ESGUERRA, Jorge. *Como escribir la historia del nuevo Mundo*. México: FCE, 2007, p. 19-222.

CHANG-RODRÍGUEZ, Eugenio. José Carlos Mariátegui y la polémica del indigenismo. *América sin nombre*, n. 13-14, 2009, p. 103-112.

FAJARDO, C. Otro socialismo y la cuestión del índio: la política en el pensamiento de Mariátegui. *Ciência Política*, vol. 10, n. 20, dez-2015, p. 23-47.

FIRMIANO, Frederico Daia. A “questão agrária” em Mariátegui. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 133 – Junho de 2012. Ano XII, p. 23-30. Disponível em:
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17202/9300>
Acesso em: 29/01/2017.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. IN: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUILLÉN, María Gabriela; LANHOSO, Camila. O marxismo indo-americano de Mariátegui e a polêmica com a III Internacional Comunista. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 133 – Junho de 2012. Ano XII, p. 04-12. Disponível em:
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/17278/9298>.
Acesso em: 29/01/2017.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomás Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

IBARRA, Hernán. Gamonalismo y dominación en los Andes. *Iconos*. Revista de Ciencias Sociales, Agosto de 2002, p. 137-147: Disponível em:
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50901413> . Acesso em: 10/07/2017.

JESUS, Gaziela Menezes. Considerações sobre o indigenismo no México e no Peru: a construção da identidade nacional na perspectiva política e intelectual. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 12, jan-jun. 2012, p. 176-196. Disponível em:
<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/1335/1206>. Acesso em 11/07/2017.

MANSILLA, H. C. F. Intelectuales y política en América Latina: breve aproximación a una ambivalência fundamental. *Espacio Abierto*, vol. 11, n. 3, jul-set, 2002, pp. 429-454. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/122/12211302.pdf> . Acesso em: 26/01/17.

MARIÁTEGUI, J. C. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Biblioteca Ayacucho/Editorial Arte, 2007.

MORSE, Richard Mcgee. *O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: companhia das Letras, 1988.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius Furtado da Silva. Agonia peruana no século XX: Mariátegui e Flores Galindo. In: *Revista Espaço Acadêmico*, n. 178, março/2016, Ano XV, p. 8-18. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/28357/16202> . Acesso em: 29/01/17.

PINHEIRO, Marcos Sorrilha. *Um continente possível: latino-americanismo no pensamento de Luis Alberto Sánchez*. 2004. 143f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Franca: 2004.

_____. *Utopia andina: socialismo e historiografia em Alberto Flores Galindo*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2013.

SEIXAS, Renato. Identidade cultural na América Latina: Conflitos culturais globais e mediação simbólica. In: *Cadernos PROLAM/USP* (ano 8 – vol. 1 – 2008), p. 93-120. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/downloads/2008_1_4.pdf . Acesso em 29/01/17.

SORIANO, Waldemar Espinoza. Luis E. Valcárcel: el indigenista y el incanista. In: *Ciencias Sociales*. Año 1, n. 1, 1995, p. 69-82. Disponível em: <http://www.acuedi.org/ddata/3777.pdf> . Acessado em: 30/01/17.

Artigo recebido em 11/09/2017.

Artigo aprovado em 22/11/2017.